

CONSTITUINTE

Em cartas de todo o país, o que o brasileiro quer

Para os crimes de natureza sexual e de corrupção, a pena deve ser a castração cirúrgica.

Esta é uma das sugestões que o brasileiro J. Fialho Pacheco, mineiro de Montes Claros, encaminhou a Comissão de Estudos Constitucionais. A carta do cidadão radical é apenas uma das cerca de 300 que já chegaram à Fundação Getúlio Vargas, no Rio, procedentes de vários pontos do País e até o exterior.

Resumidas por mestrands de Direito Constitucional da Universidade Católica do Rio, 85 das 300 cartas já constam dos computadores do Serpro a serviço da Comissão. Não é, ainda, um número expressivo de brasileiros que oferece sugestões mas — reconhecem os juristas envolvidos no assunto — é através deles que já se pode começar a traçar um esboço do que o País espera da futura Constituição.

A maioria das sugestões são de cidadãos que residem no Rio de Janeiro e em São Paulo. Quase todos querem uma nova Constituição "fácil de ler e de entender" e suas contribuições abrangem temas variados. Todas as cartas que chegam à Comissão são respondidas e a seguir arquivadas na biblioteca da FGV.

Dezenas de entidades, instituições e organismos internacionais também estão dando suas contribuições. A última sugestão ainda está envelopada: é a da Comissão Internacional de Juristas, com sede em Genebra, Suíça. Também aguardando mão-de-obra para catalogá-las, encontram-se na Fundação Getúlio Vargas cópias em Português

das Constituições da França, Itália, Portugal e Peru.

Nem todos os brasileiros que estão escrevendo para a Comissão de Afonso Arinos são tão radicais em suas propostas como o mineiro de Montes Claros. Carlos Bobadilla Garcia, de Campo Grande (MS), sugere que os salários sejam isentos de tributação para fins de Imposto de Renda, "já que é utilizado para prover despesas com alimentação, habitação, saúde etc".

O Vereador Carlos Finck, Presidente da Câmara Municipal de Novo Hamburgo (RS), solicita a Afonso Arinos a inclusão de um artigo na nova Constituição que torne o voto facultativo. Além de também ser contra o voto obrigatório, o carioca Wilson Bachur sugere ao Professor Arinos que impeça o voto do analfabeto e que proíba a presença de novas multinacionais no País. Bachur deseja que a Constituição estabeleça a obrigatoriedade do ensino da Constituição nas escolas de 1º e de 2º graus, além de não permitir que haja salários e mordomias para aqueles que exerçam cargos do Executivo e do Legislativo.

A figura do 'Ombudsman' — o Procurador do Povo, que existe no Direito sueco desde o advento da Constituição de 1809, eleito hoje pelo Parlamento unicameral para apreciar sobre queixas e reclamações contra funcionários da admi-



nistração pública em geral que tenham agido com dolo ou culpa no exercício do cargo —, defendida na futura Constituição por Carlos Alberto Provenciano Gallo, do Rio, foi a que ganhou o maior número de linhas no resumo do computador da Comissão.

Gallo sugere que o 'Ombudsman' atue no Brasil, por exemplo, em assuntos pertinentes ao direito do trabalho, responsabilidade civil, acidentes de trânsito e do trabalho, administração penitenciária, incolumidade de presos e respeito aos direitos do homem. Gallo pede, ainda, a criação de um Tribunal de Garantias Constitucionais para desafogar o Supremo Tribunal Fede-

ral. José Gomes de Moraes, de Goiânia, apresentou apenas duas sugestões à Comissão: a redução da responsabilidade criminal para 14 anos e o direito do cônjuge varão à pensão da mulher, no caso de morte. A extinção do Senado Federal, ou a limitação do número de seus membros a dois por Estado é a principal sugestão de Raphael Galvão Flores, do Rio de Janeiro. Ele quer também que a Constituição institua fornos crematórios.

'Vamos mudar a lei de greve?' É com este título que Luciano da Hora, do Rio, apresenta um anteprojeto à Comissão. Composta de 30 artigos, a contribuição de Luciano su-

gere que "a empresa está em greve, mas o trabalho continua normalmente", isto após esgotadas as negociações e de ter sido comunicado às autoridades a decisão da assembleia da categoria profissional. Ele pede, ainda, que os Deputados formulem e aprovem uma lei de greve "que defenda os patrões e empregados de quaisquer abusos".

Do exterior, o computador já reuniu duas sugestões: uma de Afonso Arinos de Melo Franco Fi-

lho, procedente da Venezuela, e a segunda de Marcos Cortes, um diplomata que trabalha em Camberra, Austrália. Cortes sugere alteração na Constituição (ar-

tigo 140) para facilitar a situação dos filhos de brasileiros nascidos no exterior, devido ao exercício de função oficial dos pais e que encontram dificuldades por terem tido consignados em seus documentos brasileiros o nascimento no exterior. Ele sugere mudar a letra b do artigo 140: os nascidos fora do território nacional, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Governo brasileiro, considerando-se para todos os efeitos Brasília como local de nascimento.

Sugestão "acabada", é a que Antonio Vaz de Oliveira, de Solânea (Paraíba), apresentou à Comissão: para os crimes de latrocínio, tráfico de entorpecentes e homicídio, a pe-

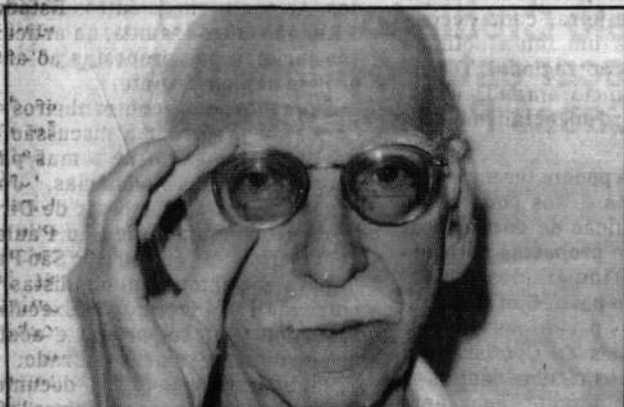
na seria a de segregação. O apenado trabalharia numa ilha localizada em qualquer Estado da Federação para a sua própria manutenção.

Ainda sobre criminalidade, Antonio Gomes de Oliveira, de São Paulo, apresenta, sem distinção de classe, as seguintes penalidades às infrações criminais discriminadas: homicídio, roubo, furto, rapto, contrabando; trabalho em colônia agrícola; peculato; reposição do bem desviado e trabalho em colônia agrícola; crimes em defesa do lar e da família; em se tratando de primariedade, não haverá punição; havendo reincidência, trabalho em colônia agrícola.

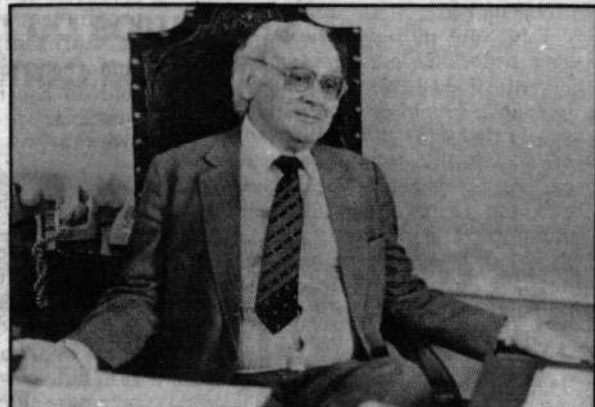
Para crimes contra o meio ambiente, especificamente contra a flora, Antonio Gomes de Oliveira sugere: trabalho e replantio. Por último, ele pede tratamento constitucional para o problema da seca no Nordeste brasileiro.

Ernesto Zwarg Júnior, Vereador de Itanhaém (SP), pede que a Comissão inclua no anteprojeto da nova Constituição um dispositivo extinguindo o comércio e a fabricação de armas, inclusive a exportação. Ele entende que o País tornou-se, exportando armas, 'um mercador da morte', e é visto como 'um consolidador de ditaduras'.

Há, ainda, algumas sugestões que o pessoal responsável pela triagem das cartas não leva em consideração, como a de um jovem paulista que pretende uma 'Constituição planetária'. Ele queria uma nova moeda, novos símbolos nacionais e a fixação de diárias dos hotéis na Carta Magna.



Galvão Flores, aposentado, inimigo convicto das mordomias



Desembargador Benildes, "um diagnóstico do Poder esmolado"



Coronel Affonso, um defensor da polícia científica



Oswaldo de Oliveira acha absurda a discriminação aos PMs

Aposentado manda quase 20 idéias contra as mordomias

Escrever cartas e mandar sugestões não é uma novidade na vida do médico aposentado Rafael Galvão Flores, de 72 anos, que há algum tempo mantém o hábito de escrever para jornais, Secretários de Estado e Ministros. Para a Comissão de Estudos Constitucionais, o Dr. Flores enviou quase 20 sugestões com um único objetivo: acabar com as mordomias.

— É preciso acabar com os privilégios entre os funcionários públicos. Militares, funcionários de Legislativo e do Judiciário e mesmo Ministros são funcionários público e não podem ter mordomias — afirma, convicto, Galvão Flores, que já mandou sugestões também ao Ministro da Administração, Aluísio Alves, e ao Ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho. Apesar de ser médico

aposentado do Estado e do INPS, o Dr. Galvão Flores não mandou nenhuma sugestão sobre a área da saúde porque acha que isso "não adiantaria nada". O médico criticou o trabalho das administrações de todos os níveis, no setor de saúde, pois "os brasileiros têm mania de construir hospitais suntuosos onde faltam gaze e esparadrapo".

Mesmo com toda essa participação, o Dr. Flores considera-se apolítico. Garante, contudo, que achou "ótima a eleição de Jânio Quadros para Prefeito de São Paulo — o voto de Galvão Flores o ajudou a eleger-se Presidente da República em 1960. "O Jânio é objetivo, não faz acordos e vai entrar de sola nas mordomias", acredita o médico.

Desembargador propõe criar um 'Judiciário federativo'

RECIFE — O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Benildes Ribeiro, sugeriu, por carta, ao jurista Afonso Arinos, a instituição de 'Judiciário federativo'.

— A exemplo do Legislativo, que tem o Senado, o princípio federativo no Judiciário seria aplicado com a abertura do Supremo Tribunal a representantes de todos os Estados brasileiros escolhidos através de sessões secretas pelos Tribunais de Justiça estaduais — disse Ribeiro.

Segundo ele, dentro das atribuições desse novo Supremo Tribunal estaria também o julgamento de matérias constitucionais.

— Hoje, elas são apreciadas pelo Procurador-Geral da República, que não passa de um funcionário do Executivo que pode ser admitido por um ato do Presidente da República — com-

pletou. Para o Desembargador, "é necessário também afastar a influência dos poderes político-partidários do Judiciário". Benildes Ribeiro considera necessário que a Justiça tenha autonomia para decidir sobre suas questões internas, tal como o Executivo e o Legislativo.

— Queremos decidir sobre remoções, permutas e até salários, o que não é possível pela Constituição atual.

Benildes Ribeiro está há dois anos no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Depois de formada a Comissão de Estudos Constitucionais, Ribeiro mandou para Afonso Arinos uma cópia do seu trabalho 'Poder Judiciário e a futura Constituição'. Segundo o Desembargador, "é um diagnóstico de um Poder esmolado".

Proposta de Coronel aborda o papel da Polícia Militar

BELO HORIZONTE — Profissional dedicado, estudioso e defensor da polícia científica, o mineiro Leonel Archanjo Affonso enviou por carta um lote de sugestões à Comissão de Estudos Constitucionais, todas elas relativas às polícias militares do País. Não era para menos: ele é o Comandante-Geral da PM de Minas Gerais, da qual fala sem modéstia: "É a melhor do Brasil".

A principal sugestão encaminhada pelo Coronel Affonso, segundo ele, versa sobre o papel constitucional reservado às PMs, e que deve ser mantido:

— As polícias militares devem ter preservado seu dever de policiar preventivamente e atuar infratores em flagrante delito. Esse status quo — observou Affonso — já está consolidado e sua manutenção é importante para a estabele-

dade das PMs.

No entanto, o Comandante-Geral da PM mineira quer melhores equipamentos, maior efetivo e remuneração digna, "à altura e de acordo com a atividade policial".

Outra sugestão do militar é sobre o critério de remuneração dos PMs. Ele quer extinguir o preceito constitucional que impede os policiais militares de receberem salários superiores a seus correspondentes em patente nas Forças Armadas. Confessando que as sugestões não são suas, mas de todos os Comandantes das polícias Militares do Brasil, Affonso defendeu seus subordinados:

— Não existe como manter essa distorção. Cada região, cada Estado, tem suas peculiaridades. A remuneração deve ser definida por critérios reais e locais — defende Affonso.

Vereador pede o direito a voto também para os PMs

BAURU, SP — Os cabos e soldados da Polícia Militar devem ter, na próxima Constituição, o direito ao voto, como os analfabetos.

Esta é a sugestão que o ex-sargento da Polícia Militar e atual Vereador pelo PMDB na Câmara Municipal de Bauru, Oswaldo de Oliveira, enviou por escrito para a Comissão de Estudos Constitucionais.

Oliveira, 55 anos e Vereador há duas legislaturas, disse que somente no Estado de São Paulo existem hoje 50 mil cabos e soldados da Polícia Militar que não têm direito a voto:

— É um absurdo se essa restrição continuar na nova Constituição. Se os analfabetos já podem votar, os cabos e soldados também devem ter esse direito, já que são pessoas instruídas, capazes e com grau de compreensão elevado.

Segundo Oliveira, a atual

Constituição só permite aos Oficiais da PM, a partir de sargento, o direito de votar:

— Para ser soldado ou cabo da Polícia Militar em São Paulo é necessário ter no mínimo o primeiro grau completo. E esses policiais devem saber ler e escrever corretamente, caso contrário não são admitidos. Uma vez integrados, recebem instrução e podem aumentar seu grau intelectual. Portanto, é uma injustiça o que acontece hoje.

O Vereador disse que há vários anos vem lutando com a indicação de projetos de lei para obter o fim dessa restrição:

— Acho que agora chegou a vez de acabarmos com a restrição aos soldados e cabos. A Constituinte já é uma realidade e portanto decidimos enviar esta sugestão à Comissão do professor Afonso Arinos.